

Sociologia da Infância e Educação Infantil: algumas considerações sobre a aproximação entre essas duas áreas na pesquisa sobre a pequena infância

*Maria Leticia Barros Pedroso Nascimento**

Resumo

Constata-se que pesquisas internacionais e nacionais têm focalizado educação infantil a partir da concepção de infância como construção social, destacando as crianças como atores sociais. Com base em textos de Qvortup, Sarmiento, James, Jenks, Prout, Moss, e outros autores, o artigo discute o contexto que possibilita esse novo olhar para a infância, respaldado pela sustentação legal e pelas experiências internacionais, que propõem a participação e a visibilidade das crianças pequenas.

Palavras-chave: Infância; Relações sociais; Culturas infantis.

Sociology of Childhood and Early Childhood Education: some considerations about the approach between these areas to research small children

Abstract

There is a new concept about childhood, which appears in international and national researches on early childhood education: childhood as a social construction, highlighting the children as social actors. Based on the writings of Qvortup, Sarmiento, James, Jenks, Prout, Moss, and others, the article discusses the context that enables this new image of children, a sociological one, backed by legal support and international experiences, which propose participation and visibility to small children.

Keywords: Childhood; Social relationships; Children cultures.

Nos últimos vinte anos, os estudos sobre as crianças pequenas cresceram em quantidade, o que parece evidenciado pelo número de publicações na área da educação infantil. Pesquisas internacionais e nacionais, realizadas principalmente a partir dos novos estudos sociais sobre a infância, têm apresentado um novo horizonte conceitual e metodológico para compreender as relações estabelecidas entre crianças e entre crianças e adultos nas instituições de educação infantil.

O objetivo deste artigo é refletir sobre a aproximação entre a sociologia da infância e a educação infantil, para apontar e discutir mudanças causadas por esse encontro. Nesse sentido, o texto busca contextualizar a educação da pequena infância como um fenômeno que tem se fortalecido do ponto de vista da legislação nacional e internacional, em paralelo à pesquisa fundamentada nos estudos sociais sobre a infância, elementos que se entrecruzam e propõem novas possibilidades para a pesquisa e a prática pedagógica na educação infantil.

Breve contexto da Educação Infantil

Desde a promulgação da Constituição de 1988, a legislação brasileira incorporou gradativamente o reconhecimento da educação da pequena infância em espaços públicos. Se, historicamente, a tarefa da educação de crianças pequenas era doméstica, mudanças nos valores e costumes nas relações familiares e na estrutura social mais ampla, notadamente o aumento do trabalho feminino, acabaram por inserir a educação dos pequenos no rol de necessidades sociais. Em paralelo, pesquisas nacionais e internacionais apontavam vantagens para o desenvolvimento infantil das crianças que frequentavam creche e pré-escola. Predominava, contudo, uma imagem de criança *naturalmente desenvolvida* (JAMES; JENKS; PROUT, 1998), que originalmente considerava (1) a criança como um fenômeno natural mais do que social e (2) a natureza infantil como um inevitável processo de maturação, princípios que sustentaram os estudos da psicologia do desenvolvimento e definiram caminhos que cada criança percorreria para chegar à vida adulta (p. 17). A institucionalização desse

*Endereço eletrônico: letician@usp.br

discurso tornou-se norma descritiva e moral para a compreensão da criança.

É possível afirmar que houve uma significativa alteração nos horizontes da educação infantil a partir da legislação nacional, que a inseriu no campo da educação básica, como primeira etapa, e, portanto, destacou creche e pré-escola como direito educacional e social. Esse reconhecimento, contudo, fez parte de um amplo movimento internacional. A elaboração da Declaração dos Direitos da Criança e, principalmente, da Convenção dos Direitos da Criança (1989), conferiu um novo lugar social às crianças, referendando seu direito à proteção, provisão e participação.

Em paralelo, experiências e pesquisas internacionais construídas a partir da consideração das crianças como sujeitos, capazes de voz, significados, relações interpessoais, se propagaram pelo mundo como pedagogia da escuta ou pedagogia das relações. Pode-se dizer que há cerca de dez anos, a produção de estudos sobre a educação infantil tem trazido contribuições de outras áreas do conhecimento, para além da psicologia do desenvolvimento, tradicional aliada da pedagogia para a compreensão das crianças pequenas, e incorporado, gradativamente, conceitos advindos dos novos estudos sociais sobre a infância.

Informações sobre a Sociologia da infância

Na década de 1990, grupos temáticos europeus e norte-americanos foram formados sob a denominação de Sociologia da Infância e, por meio de pesquisas e estudos, foram construídas concepções pautadas por um novo paradigma: a criança como ator social, ou seja, a infância deixa de ser vista como um “tempo de passagem” para constituir-se como uma categoria na estrutura social. O que isso quer dizer? De acordo com Dahlberg, Moss e Pence (2003) significa que a infância desloca-se do lugar de estágio preparatório, para ser entendida como um componente da estrutura da sociedade: “importante em seu próprio direito como um estágio no curso da vida, nem mais nem menos importante do que outros estágios” (p. 70).

Dessa forma, a transitoriedade é das crianças que ocupam o lugar na categoria infância; esta permanece, ainda que permeada de configurações histórico-culturais, econômicas e político-sociais, que vão caracterizar diferentes sociedades. Evidentemente, as outras categorias da estrutura social – idade adulta e velhice – terão os mesmos elementos simbólicos configuradores. Nesse

sentido, diz Jenks (2002) que

a criança não é imaginada senão em relação a uma concepção de adulto, mas também é impossível criar uma noção precisa da adultez e da sociedade adulta sem primeiro tomar em consideração a criança. (p. 187) Está presente uma relação de reciprocidade, de interdependência entre as gerações, que as revela como construções sociais, assim como são socialmente construídos os contextos educativos e as práticas ali realizadas.

A sociologia da infância pressupõe que as crianças sejam reconhecidas como atores sociais, de pleno direito, ainda que com características específicas, em virtude da sua dependência, concepção oposta àquela que as compreende como meros destinatários de cuidados sociais específicos (SARMENTO; PINTO, 1997; COELHO, 2007).

Nos países de língua francesa, a concepção de criança como ator social desencadeou novos estudos sobre os problemas relacionados à escola, à família e à mídia. Em cada uma dessas instâncias, as crianças começaram a ser vistas em relação às estruturas institucionais da socialização, provocando questões sobre as relações recíprocas e sobre a ação da criança. O debate teórico sobre o *status* das crianças como pessoas, algumas mudanças recentes na concepção de criança, assim como as realidades em que vivem, delinearam a necessidade de novas questões metodológicas e epistemológicas para o desenvolvimento da sociologia da infância.

Ainda que haja diferença nos estudos desenvolvidos, a concepção de criança como ator no campo social tem promovido outro tipo de conhecimento sobre as crianças. Dito de outra maneira, foi retirada da psicologia do desenvolvimento sua primazia no discurso sobre a infância e, gradativamente, têm sido incorporados estudos da sociologia da infância para o reconhecimento das relações sociais estabelecidas pelas crianças com seus pares e com os adultos nas complexas interações que constituem o dia a dia nos ambientes educativos, de maneira geral.

James, Jenks e Prout (1998) inventariaram e organizaram as representações de infância, e, sob o título de “a criança sociológica”, reconhecem quatro linhas de estudo na sociologia da infância: a primeira, a criança socialmente construída, se opõe à visão positivista e à crença em significados prévios, ou seja, se é socialmente construída, depende dos contextos social, político, histórico e moral, o que revela que as infâncias são variáveis e intencionais, o que refuta a ideia de “criança universal”. A segunda,

a criança tribal, que estuda as relações sociais das crianças entre pares e as interações desses grupos de pares com os adultos próximos. A terceira linha apresenta a criança minoritária, focalizando as relações de poder entre adultos e crianças, e a quarta, a criança socio estrutural, pesquisa a infância na estrutura social, com ênfase na interdependência entre as gerações.

Manuel Sarmiento (2008), por sua vez, apresenta três abordagens: a perspectiva estrutural, que estuda a infância como categoria geracional, ou seja, que se mantém, independentemente dos membros concretos que a constituem em cada momento histórico; a perspectiva interpretativa, que compreende que as crianças estabelecem as relações entre pares com base nas culturas sociais dos adultos, reproduzindo-as e recriando-as nas interações; e a emancipatória, que estuda a criança como grupo minoritário nas relações sociais e busca sua emancipação social. Ainda que formuladas por diferentes autores, reconhece-se a proximidade entre as duas categorizações.

Nas pesquisas sobre o cotidiano da educação infantil, a infância tribal ou a abordagem interpretativa parecem ser aquelas que melhor apresentam elementos para compreender as brincadeiras e interações entre as crianças, pois, segundo Sarmiento (2008, p. 31), privilegiam os estudos sobre a ação social das crianças (*agency*) e interações intra e intergeracionais; os sobre as culturas da infância; sobre as crianças no interior das instituições; sobre as crianças no espaço urbano; sobre as crianças e a mídia; e sobre jogo, o lazer e a cultura lúdica. Um dos principais representantes dessa linha é William Corsaro, que apresenta em seu livro *Sociologia da Infância* (1997), dois conceitos importantes para a área: reprodução interpretativa e culturas (de pares) infantis.

Corsaro vem estudando crianças pequenas desde os anos de 1970, tendo realizado pesquisas nos Estados Unidos e na Itália em grupos pré-escolares. Em seus estudos, critica a concepção durkheimiana de socialização, apontando que as crianças eram vistas à parte da sociedade e precisavam ser moldadas e guiadas por forças externas para tornarem-se seus membros. Os modelos de processo de socialização, de acordo com ele, fundamentavam-se na corrente determinista, que sustentava a ideia de criança como alvo passivo das influências dos adultos, ou na corrente construtivista, influenciada pelas principais teorias da psicologia do desenvolvimento, que critica pela ausência de

consideração sobre como relações interpessoais refletem sistemas culturais, ou como as crianças, apesar de sua participação em eventos comunicativos,

tornam-se parte daquelas relações interpessoais e padrões culturais e os reproduzem coletivamente. (1997, p. 17)

Assim, da interpretação dos sistemas culturais adultos, as crianças retiram elementos para a interação com outras crianças e, ao mesmo tempo, os aspectos da cultura de pares afetam a maneira como interagem com os adultos. O sociólogo indica ainda que a socialização não é um processo de adaptação ou de internalização de valores e costumes, mas, ao contrário, um processo de apropriação, reinvenção e reprodução:

Central para essa visão de socialização é a apreciação da importância do coletivo, da atividade em comum – no qual as crianças negociam, partilham e criam culturas com adultos e com outras crianças. (CORSARO, 1997, p. 18, apud NASCIMENTO, 2003)

Define essas culturas como “um arranjo estável de atividades ou rotinas, artefatos, valores e interesses que as crianças produzem e compartilham em interação com os pares (1997).

As culturas de pares e a visibilidade das crianças na educação infantil

De acordo com a sociologia da infância, a geração adulta determinou um lugar específico para as crianças, a escola, ambiente destinado ao controle e disciplinamento que, por um lado, tem como objetivo preparar as crianças para a vida futura, e, por outro, contribui para encobri-las sob o papel de aluno (QVORTRUP, 199; 1994; 1999; 2005; SARMENTO, 1997; 2007; 2008; NARODOWSKI, 1999; QUINTEIRO, 2002; GIMENO SACRISTÁN, 2005), até mesmo na educação infantil. Sirota (2001) argumenta que, do ponto de vista das crianças pequenas, o “ofício de criança” confunde-se com o “ofício de aluno”, na primeira infância (p.15). E acrescenta que o termo, retirado da origem da escola maternal francesa tinha como objetivo definir uma escola que correspondesse à “natureza” infantil, onde a criança pudesse cumprir seu papel. Relacionado ao processo de socialização, o ofício de aluno, num primeiro momento, indicava uma recepção passiva à cultura escolar por parte das crianças. Nessa perspectiva, as crianças, suas interações e brincadeiras tornam-se invisíveis: predominam os resultados obtidos pelo papel desempenhado na sala do grupo ao qual pertencem.

Destaque-se que os primeiros estudos sobre interação entre crianças em creches e pré-escolas, no

Brasil, datam da década de 1980 (OLIVEIRA, 1988; CARVALHO, 1989; PEDROSA, 1989; PAULA, 1994), sob a ótica da psicologia do desenvolvimento, na linha sócio-histórica. Segundo investigação de Rocha (1999), que realizou levantamento sobre a produção científica na área da educação infantil, “a maior parte dos trabalhos trata de uma criança abstrata, referida no singular, sem distinção das multiplicidades que a determinam e a compõem.” (p. 94). Entretanto, reconhece que dentre as tendências apresentadas pela psicologia, aquela que parece ter obtido crescimento significativo é a que considera a criança como um ser que *é*, e não mais como um *vir a ser*.

A tendência do estudo do presente das crianças pode ser encontrada em algumas publicações recentes (CRUZ, 2008; FARIA, 2007; 2008; GOUVEA; SARMENTO, 2008) e, para além dessa constatação, verifica-se que as crianças têm sido pesquisadas nas interações e brincadeiras que estabelecem nas creches e escolas de educação infantil, mais particularmente nos grupos que frequentam, ou nas rotinas, nas quais o foco de observação tem sido principalmente as falas e ações entre as crianças, em detrimento das atividades propostas pela professora (ALMEIDA, 2009). Pode-se perceber que essas investigações têm como base teórico-metodológica a sociologia da infância, notadamente a linha tribal ou interpretativa, anteriormente apresentada.

Gradativamente as crianças da educação infantil têm sido investigadas para além de sua condição de “aluno” ou, até mesmo, com base nessa condição, com o objetivo de conhecê-las nas múltiplas relações que estabelecem nas experiências cotidianas. Nessa perspectiva, apesar de seu confinamento nas instituições de educação infantil, fica evidenciada sua participação efetiva do plano social, visto que dele tiram os conteúdos presentes nessas brincadeiras/ interações. A pesquisa de Ferreira (2004) apresenta normas e regras sociais construídas, a partir dos mundos sociais adultos, nas relações que as crianças de quatro anos estabelecem no jardim de infância. Reconhece-se, portanto, que as crianças têm plena capacidade de produção simbólica e constituem suas representações e crenças em sistemas organizados, ou seja, em culturas (SARMENTO, 1997).

Parece interessante recuperar a tese de Jens Qvortrup (1993), que defende que a infância é uma parte integrante da sociedade e de sua divisão de trabalho. Nesse sentido, as crianças participam da sociedade porque influenciam e são influenciadas pelos pais, professores e outras pessoas com quem estabelecem contato e também porque (1) fazem parte da divisão de trabalho, assumindo o trabalho escolar,

que não pode ser separado do trabalho na sociedade em geral; (2) sua presença influencia fortemente os planos e projetos não só dos pais, mas também do mundo social e econômico (p. 14). Nesse sentido, a infância não pode ser considerada como mero acessório da sociedade adulta, mas como agente social, e, nesse caso, interpretar suas representações sociais tem dupla função: meio de acesso à infância como categoria social e “às próprias estruturas e dinâmicas sociais que são desocultadas no discurso das crianças” (SARMENTO, 1997, p. 25).

Embora pareça estranho pensar as crianças pequenas desse ponto de vista, essa tese permite uma modificação no olhar para suas atividades cotidianas. Ao invés da fragilidade, da incompetência, da negatividade “naturalmente” atribuída aos pequenos, é possível formular outras hipóteses, tornando por base suas ações concretas e simbólicas. O desenvolvimento deixa de ser aquele determinado pela sequência ordenada de aquisições de ordem cognitiva para revelar-se múltiplo, com diferentes variações promovidas pelos contextos de interações presentes no dia a dia.

A argumentação desenvolvida até aqui não pretende a substituição de uma área de conhecimento por outra nos estudos da educação infantil. Cada vez mais se evidencia que uma só área de conhecimento não dá conta da complexidade presente no desenvolvimento pessoal e interpessoal humano. O destaque à sociologia da infância parece constituir um recurso para uma mudança de paradigma na concepção de criança e, para, além das pesquisas, promover outras práticas. Cabe retomar Rocha (2001), quando afirma que “a creche e a pré-escola têm como objeto as “relações educativas” travadas num “espaço de convívio coletivo” que tem como sujeito a “criança” de 0 a 6 anos de idade. Nessa mesma linha, Moss (2001) afirma que

se escolhemos entender as crianças como atores sociais, como especialistas em suas próprias vidas, então os trabalhos futuros precisam tornar suas vidas visíveis por meio da escuta das crianças pequenas: elas precisam participar desses estudos. Tendo feito, eu mesmo, trabalho na área, reconheço que participação e escuta são conceitos muito complexos e problemáticos. Entretanto, há maneiras pelas quais podemos chegar a alguma compreensão sobre as experiências da pequena infância nas instituições de educação infantil – elas vivem suas vidas. (2001, p. 4)

O contexto que possibilita esse novo olhar para a infância, constituído pela sustentação legal, pelas

experiências internacionais e pelos novos estudos sociais sobre a infância, que, dessa maneira, propõem a participação e a visibilidade das crianças pequenas, a partir de seu reconhecimento como sujeitos de direitos – particularmente do direito à educação desde o nascimento –, da pedagogia da escuta e da produção de culturas infantis, respectivamente.

Campos de conhecimento recentes

Cabe destacar que tanto a educação infantil quanto a sociologia da infância foram reconhecidas como campo de conhecimento recentemente. Esse subcampo da sociologia tem encontrado certa restrição acadêmica ao seu reconhecimento, embora tenha crescido em alguns países, inclusive com publicação de jornais e revistas específicas. Nesse sentido, à exceção de alguns países do norte europeu, a sociologia da infância não aparece como linha de pesquisa nas universidades e os poucos trabalhos acadêmicos, publicados nos principais jornais especializados, abordam principalmente os processos de socialização ou de instrução, o que leva a concluir que a infância tem ainda pouco espaço no debate teórico sociológico.

O Comitê de Pesquisa em Sociologia da Infância (RC53), da Associação Internacional de Sociologia (ISA), produziu um documento, em 2005, para desencadear um debate na área, com base em duas questões “por que a sociologia da infância em muitos países permanece à margem como campo da sociologia?” e “essa ‘marginalidade’ está relacionada à situação marginal da infância nas sociedades contemporâneas?” Nele, se aponta a conexão entre a avaliação da participação social das crianças e a institucionalização da pesquisa na sociologia da infância, ou seja, nos países nos quais a infância permanece mais envolvida nas relações de ordem privada familiares e de parentesco o desenvolvimento da sociologia da infância é mais frágil, o que parece indicar que há correspondência entre a posição das crianças no discurso público e a pesquisa na área.

Um outro lugar para a pequena infância?

Os estudos e pesquisas nacionais e internacionais realizados nas instituições de educação infantil, tendo como referencial teórico metodológico a sociologia da infância, têm fortalecido a imagem de criança competente e de seu protagonismo nas relações sociais e educativas, uma imagem da criança “rica”, “forte, poderosa, competente e, acima de tudo, conectada aos adultos e outras

crianças” (MALAGUZZI, apud MOSS; PETRIE, 2002, p. 101).

Essa é uma contraposição ao “adultocentrismo”, desenvolvido ao longo dos séculos, reforçado pelo discurso científico que acabou por tornar mínima a possibilidade de participação das crianças. As instituições, ainda que voltadas à infância, deram voz principalmente aos adultos que delas participam, contrariando o princípio que sustenta que crianças e adultos têm o direito de serem ouvidos individual e coletivamente sobre as questões que os afetam e têm o direito de terem suas inquietações levadas a sério pela sociedade (MOSS; PETRIE, 2004).

As aproximações entre a sociologia da infância e a educação infantil reconhecem a interdependência entre as duas gerações. Os mundos sociais da infância são construídos a partir dos mundos sociais dos adultos (pais, professores e mídia, principalmente). Esse reconhecimento faz pensar as instituições de educação infantil como “espaços das crianças”, termo retirado de Moss e Petrie (2002), locais que “estabelecem potencial para muitas possibilidades – pedagógicas, emocionais, culturais, sociais, morais, econômicas, políticas, físicas e estéticas” (p. 110). Fica aqui o desafio.

Referências

- ALMEIDA, Renata P. W. *Se essa escola fosse minha... A organização da educação infantil e o grupo de crianças em contexto escolar*. Dissertação (Mestrado em Educação). PUC, SP, 2009.
- CARVALHO, Ana M. A.; BERALDO, Katharina E. A. A interação criança-criança: ressurgimento de uma área de pesquisa e suas perspectivas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: FCC, v. 71 p. 55-61, nov./1989.
- CHAMBOREDON, J. C.; PRÉVOT, J. O “ofício de criança”: definição social da primeira infância e funções diferenciadas da escola maternal. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 59. p. 32-56, nov. 1986
- COELHO, Ana. Repensar o campo da educação de infância. *Revista Iberoamericana de Educación*. v. 44, n. 3, 2007. Disponível em <http://www.rieoei.org/deloslectores/1869Coelho.pdf>.
- CORSARO, William A. *The sociology of childhood*. Thousand Oaks, California: Pine Forge Press, 1997.
- CRUZ, Silvia H. V. *A criança fala: a escuta de crianças em pesquisa*. São Paulo: Cortez, 2008.
- DAHLBERG, Gunilla; MOSS, Peter; PENCE, Alan. *Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas*. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2003.

- FERREIRA, Manuela. “A gente gosta é de brincar com os outros meninos!”: Relações sociais entre crianças num Jardim de Infância. Porto: Afrontamento, 2004.
- MELLO, S. (Org.) *Territórios da Infância: linguagens, tempos e relações para uma pedagogia para as crianças pequenas*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008.
- FARIA, Ana L.G. de. *O coletivo infantil em creches e pré-escolas: falares e saberes*. São Paulo: Cortez, 2007.
- GIMENO SACRISTÁN, J. *O aluno como invenção*. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- JAMES, Allison; JENKS, Chris; PROUT, Alan. *Theorizing childhood*. Cambridge: Polity Press, 1998.
- JENKS, Chris. Constituinte a criança. *Educação, sociedade e culturas*. Crescer e aparecer ou... para uma sociologia da infância. Porto: Afrontamento, 2002, n. 17, p.185-216.
- Marginality and Voice: childhood in sociology and society. 23- 25 June 2005, Bergische Universität Wuppertal, Germany. Texto de discussão.
- MOSS, Peter. *Beyond early childhood education and care*. In: Starting Strong: early childhood education and Care International Conference, Stockholm, 2001. Disponível em: www.oecd.org.
- _____, PETRIE, Pat. *From children's services to children's spaces*. Public policy, children and childhood. London: Routledge, 2002.
- NARODOWSKI, Mariano. *Infancia y poder: la conformación de la pedagogía moderna*. 2ª ed. Buenos Aires: Aique, 1999
- NASCIMENTO, Maria Leticia B. P. *Creche e família na constituição do “eu”*: um estudo sobre crianças no terceiro ano de vida na cidade de São Paulo. 205f. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: FEUSP, 2003.
- OLIVEIRA, Zilma M. R. *Jogo de papéis: uma perspectiva para a análise do desenvolvimento humano*. Tese (Doutorado em Psicologia). São Paulo: IPUSP, 1988.
- PEDROSA, M. I. *Interação criança-criança: um lugar de construção do sujeito*. Tese (Doutorado em Psicologia). São Paulo: IPUSP, 1989.
- _____; CARVALHO, Ana M. A construção social da brincadeira. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: FCC, v. 93p. 60-65, mai./1995.
- QUINTEIRO, J. Infância e educação no Brasil: um campo de estudos em construção. In: FARIA, A. L. G. de; DEMARTINI, Z. PRADO, P. D; *Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças*. Campinas: Autores Associados, 2002.
- _____; (Ed.). *Studies in modern childhood: society, agency, culture*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005.
- QVORTRUP, Jens. *Sociology of Childhood: Conceptual Liberation of Children*. In MOURITSEN, Flemming.; _____. (eds.) *Childhood and Childrens Culture*. Odense: Odense University Press, 2002.
- QVORTRUP, Jens. “Nine Theses about Childhood as a Social Phenomenon”. *Eurosocial Report*. Childhood as a Social Phenomenon: Lessons from an International Project. Vienna: European Centre/Sydjysk Universitetscenter, 1993, n. 47, p. 11-18.
- ROCHA, Eloísa A.C. *A pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 1999.
- _____, A pedagogia e a educação infantil. *Revista Brasileira de Educação*. Campinas: Autores Associados, 2001, n. 16, p. 27-34
- _____, Sociologia da Infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, M.; GOUVEA, Maria C. S de (Orgs.). *Estudos da infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELLOS, V. M. R.; SARMENTO, M. J. (Orgs.). *Infância (in)visível*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007, p. 25-49.
- SARMENTO, M. o Ofício de criança. *Actas do II do Congresso Internacional Os mundos sociais e culturais da infância*. Braga, Universidade do Minho, 2000.
- SARMENTO, M.; PINTO, M. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: PINTO, M.; SARMENTO, M. (Coord.). *As crianças: Contextos e identidades*. Braga. Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho, 1997.
- _____, Sociologie de l'enfance. Petit objet insolite ou champ constitué? In: *International resume mix*. Reflections on the sociology of childhood in the UK. June, 2005 (recebido por e-mail)
- SIROTA, Régine. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 112, p. 7-31, mar. 2001.

Sobre a autora:

Maria Leticia Barros Pedroso Nascimento é professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) – São Paulo e coordenadora do GT 7: Educação da criança de 0 a 6 anos, na ANPED.